

GESTÃO 2024-2026 DA ABRASD E APRESENTAÇÃO DO V. 11, N. 3

Edvaldo Moita
Thiago Simim

Neste ano, tivemos nova eleição para a diretoria executiva e para os conselhos deliberativo e fiscal da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD), mantenedora da Revista Brasileira de Sociologia do Direito (RBSD). Para a RBSD, a notícia é particularmente boa: o novo Presidente eleito da associação é o atual Editor Executivo da RBSD, Edvaldo Moita. A nova gestão conta, ainda, com dois outros nomes da equipe editorial da revista, Felipe Castro e Thiago Simim. Com isso, a expectativa é a de que a revista ganhe alguns investimentos nos próximos anos. Uma prioridade será a reformulação visual do site da revista, que deve ser modernizado e tornado mais intuitivo para os leitores. Na mira, encontra-se também o objetivo de buscar mais indexações internacionais, a fim de que expandir a base de leitores do periódico e criar mais canais de divulgação dos trabalhos publicados no periódico. À medida que os resultados forem alcançados, faremos a divulgação por aqui.

Para este número, que encerra o corrente ano, foram publicados quatro artigos, duas resenhas e uma entrevista. Mais uma vez, registramos aqui um agradecimento aos avaliadores que se dispuseram a contribuir. Está cada vez mais notório o incremento de qualidade nas avaliações, o que, conseqüentemente, melhora a qualidade final dos textos e fortifica o filtro de aprovação final.

Abre o número o artigo de Fábio Breitenbach e Virgínia Colares. Sob o título “Análise crítica do discurso jurídico (ACDJ) do voto de Gilmar Mendes sobre a suspeição de Sergio Moro no caso Lula, HC 164.493/DF”, o trabalho soma-se ao conjunto de pesquisas que vêm sendo publicadas na RBSD que consolidam metodologicamente a análise crítica do discurso jurídico. No caso, é demonstrado como um discurso político é sustentado

juridicamente. Não se trata de negar a suspeição, que na opinião dos autores ocorreu por haver inimizade capital entre juiz e parte, mas revelar a construção de um discurso fortemente voltado para ecoar no campo político.

Em “Reflexões sobre a dominação masculina e a divisão sexual do trabalho: um estudo de caso com cinco magistradas”, Kamila Machado e Ricardo Shiota apresentam um estudo empírico qualitativo realizado a partir do levantamento próprio de dados, com entrevistas com magistradas atuantes em Campos dos Goytacazes no ano de 2019. O estudo reconstrói o debate sobre a divisão sexual do trabalho, em especial na separação entre o trabalho e o cuidado, entre o público e o privado, além de recorrer à noção de dominação masculina de uma forma útil para discutir a dinâmica de socialização. Como resultado, o estudo demonstra de que forma as relações de gênero se reproduzem inclusive na relação com mulheres em posição de poder. Nesse sentido, o artigo contribui para a reflexão sobre as desigualdades de gênero em um recorte interseccional.

Jaqueline Paulichi e Valeria Cardin debruçam-se sobre o conceito novíssimo de extimidade, contrário do já conhecido conceito de intimidade. O pano de fundo do artigo, intitulado “A privacidade na sociedade em rede: seria a ‘extimidade’ um desdobramento dos direitos da personalidade?”, é um dos grandes problemas da vida contemporânea, quase que umbilicalmente ligada às redes sociais: a exposição. A partir da evolução do direito à privacidade, chega-se à proteção da intimidade e do sigilo. Apontando os demais desdobramentos em virtude das inovações tecnológicas e digitais, a exemplo da autodeterminação informativa, do direito ao esquecimento e da proteção de dados, chega-se à extimidade, que resguarda o direito de a pessoa decidir o que expor nas redes independentemente dos motivos e sem que isso implique um direito para terceiros fazerem um uso indevido.

Encerrando a seção de artigos, temos “As mulheres africanas nas obras *“Niketche: uma história de poligamia”* de Paulina Chiziane e *‘Hibisco Roxo’* de Chimamanda Ngozi Adichie”, de autoria de Waleska Batista, Anike Ruth Omidire e Omotola Oluwadamilola Yusuf. Mergulhando nessas duas obras de literatura africana, o trabalho procura explicitar

as desigualdades de gênero a que estão submetidas as mulheres negras africanas, com um foco em Moçambique e Nigéria. As violências a que as personagens das obras são submetidas servem de guia para análise do problema e para identificação das estruturas sociais que lhe dão o contorno, especialmente, o casamento e a poligamia.

A seção de resenhas vem composta por dois trabalhos. Júlio Carvalho e Pedro Henrique Ribeiro ocupam-se – não descurando toda a obra do autor – do livro “Gentleman, Gestor, Homo Digitalis: a transformação da subjetividade jurídica na modernidade”, de Thomas Vesting, professor de direito público, direito e teoria das mídias na Universidade de Frankfurt, Alemanha. Sergio Pignuoli Ocampo apresenta o livro “Luhmann, interprete de Husserl. El observador observado”, de Lionel Lewkow, professor de sociologia da Universidade de Buenos Aires.

Integrando a coleção de entrevistas publicadas na RBSD, o número fecha com um diálogo conduzido por Lucas Amato e Rodrigo Ribeiro com dois dos mais prestigiados professores de sociologia do direito do Brasil: Luciano Oliveira e Celso Campilongo. Coincidentemente, ambos são professores das mais antigas faculdades de direito do Brasil, respectivamente, a do Recife e a de São Paulo. A entrevista conta ainda com um prólogo que contextualiza a tradição que consolidou a conhecida “Escola do Recife” e a formação da sociologia do direito no Brasil, dando os contornos do ambiente dentro do qual a trajetória dos autores se inicia.

Bom proveito!

Brasília/Lavras, 9 de setembro de 2024.